

POLICY BRIEF **2016**

CONSUMO E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

Mónica Trüninger
Sónia Cardoso
Fábio Augusto
Ana Horta



INSEGALM

(INSEGurança ALiMentar)

Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar.

www.insegalm.ics.ulisboa.pt

O projeto INSEGALM avalia os efeitos da recente crise económica portuguesa (2011-2014) no consumo alimentar das famílias com crianças em idade escolar. Analisa a situação de (in)segurança alimentar destas famílias, as suas práticas de consumo alimentar, bem como as estratégias adotadas para lidar com as restrições orçamentais experienciadas.

CONCEITO-CHAVE: “A segurança alimentar [é] uma condição que existe quando todas as pessoas em qualquer altura têm acesso físico, social e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva e que vai ao encontro das necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. (FAO).

OBJECTIVOS:

- 1 Identificar e caracterizar as situações de insegurança alimentar entre a população inquirida;
- 2 Compreender as práticas alimentares das famílias com crianças e identificar processos de manutenção e mudança nos padrões de consumo;
- 3 Analisar as estratégias adaptativas das famílias com crianças (e.g. recurso a cantinas sociais, bancos alimentares, hortas sociais/comunitárias);
- 4 Fornecer recomendações para o desenho e planeamento de políticas públicas que viabilizem a segurança alimentar sustentável a toda a população portuguesa.

Duração: Novembro de 2013 a Março de 2015.

Equipa: Mónica Truninger (coord.), Ana Horta, José Teixeira e Ana Fontes.

Financiamento: Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu (POAT-FSE) e Estado Português.

METODOLOGIA

O projeto adotou um desenho misto, englobando métodos quantitativos e qualitativos. A estratégia metodológica seguiu três fases distintas:

Fase 1: Análise de fontes estatísticas secundárias e de literatura científica relacionada com a temática do estudo;

Fase 2: Diagnóstico dos efeitos da crise económica no consumo alimentar das famílias através da aplicação por telefone de um inquérito a 2007 famílias com crianças em idade escolar em Portugal Continental. Recorreu-se a uma amostra estratificada por quotas de forma a cumprir os seguintes critérios: famílias residentes por região (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e nível de escolaridade das crianças do agregado (pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico);

Fase 3: Realização de entrevistas semiestruturadas junto de famílias com crianças em idade escolar residentes na região de Lisboa. A maioria destas famílias recebia ajuda alimentar do Estado ou de associações de apoio social.

Por fim, realizou-se uma divulgação ampla dos resultados do projeto em municípios das cinco regiões do país de forma a debater as várias respostas sociais, os principais problemas, e como enquadrar potenciais soluções nas políticas sociais, de saúde, de alimentação e de ambiente, tendo em vista as crianças.

CONTEXTO

DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E REDUÇÃO DOS APOIOS ÀS FAMÍLIAS

As medidas de consolidação fiscal e outras políticas de contenção orçamental que vigoraram com mais intensidade entre 2011 e 2014 fizeram acentuar o desemprego e conduziram à deterioração das condições de vida de muitas famílias portuguesas. O agravamento de vários indicadores (e.g. desigualdades sociais, pobreza e privação material) torna bem expressiva a marca dessas políticas:

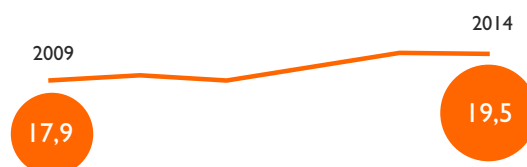
- **Aumento das desigualdades económicas.** Em 2014, o rendimento dos 20% mais ricos era 6 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres. Já no que diz respeito ao rendimento dos 10% mais pobres, este diminuiu bastante mais do que o dos mais ricos (uma quebra de 25% para os primeiros contra uma diminuição de 13% para os segundos);

- **Aumento da taxa de risco de pobreza após transferências sociais**¹. Entre 2009 e 2014 esta taxa subiu 1.6 p.p (de 17,9% para 19,5%), sendo os desempregados, as famílias com crianças dependentes e as crianças e jovens os mais afetados (Fig. 1);

- **Aumento da taxa de privação material**². Entre 2009 e 2014 esta taxa subiu de 21,5% para 25,7%. (Fig. 2)

- **Restrições no acesso às prestações sociais.** Na sequência destas restrições houve uma redução do número de beneficiários e dos montantes atribuídos. Entre 2009 e 2014 o número de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção diminuiu cerca de 27%, enquanto o número de beneficiários do abono de família caiu no período homólogo cerca de 31%. (Fig. 3)

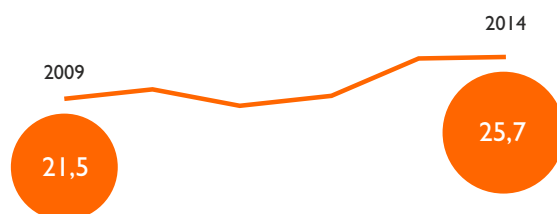
Os principais estudos nesta matéria referem que o agravamento da situação financeira foi sobretudo acentuado entre os grupos sociais com menos rendimentos tendo sido o corte nas prestações sociais (mais do que nos salários) o factor determinante no agravamento da pobreza e das condições de vida dos grupos mais desfavorecidos.



EVOLUÇÃO DA TAXA DE RISCO DE POBREZA (%)

FIGURA 1

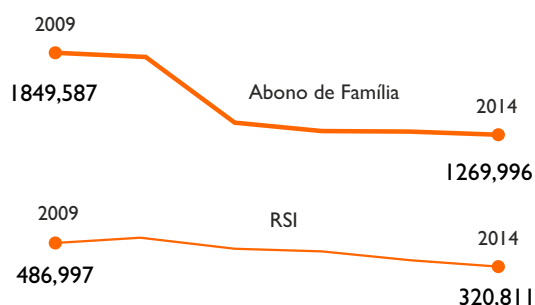
Fonte: INE/Rodrigues et al., 2016



EVOLUÇÃO DA TAXA DE PRIVAÇÃO MATERIAL (%)

FIGURA 2

Fonte: INE/Rodrigues et al., 2016



NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE ALGUMAS PRESTAÇÕES SOCIAIS

FIGURA 3

Fonte: Rodrigues et al., 2016

¹ Este indicador corresponde à percentagem de indivíduos que dispõem de um rendimento anual líquido inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) no país. Pode ser medido antes ou após as transferências sociais.

² O indicador geral de privação material recolhido pelo INE é composto por nove itens representativos do conforto e das necessidades económicas. Ver em: <http://smi.ine.pt/Conceito>

A QUESTÃO DA ALIMENTAÇÃO

A alimentação assume relevância durante o contexto de crise, com uma pressão acrescida nas despesas alimentares das famílias com crianças e sobretudo entre as que auferem baixos rendimentos. Assim em 2009:

- As famílias com crianças dependentes gastavam, em média, mais 1.092 euros por ano em alimentação do que as famílias sem crianças;

- Nas famílias com baixos rendimentos, as despesas com a alimentação, habitação e saúde absorviam uma parte bastante significativa do orçamento familiar, havendo uma maior dispersão de despesas entre os agregados com maiores rendimentos (INE/EU SILC).

Ao mesmo tempo emergiram diversas iniciativas que atravessaram diferentes políticas públicas (e.g. agrícolas, de educação, sociais e de saúde), traduzindo-se nalguns programas, alguns ainda em vigor, por exemplo:

- Regime de Fruta Escolar (2009);
- Programa de Emergência Alimentar (2012-2016);
- Programa Escolar de Reforço Alimentar (2012);

Como complemento ao apoio estatal, destaca-se o papel do Banco Alimentar Contra a Fome que, desde 2008, registou quase uma duplicação do número de pessoas assistidas (de 249.593 em 2008 para 436.418 em 2015).



FIGURA 4 Fonte: Federação Europeia de Bancos Alimentares, 2015

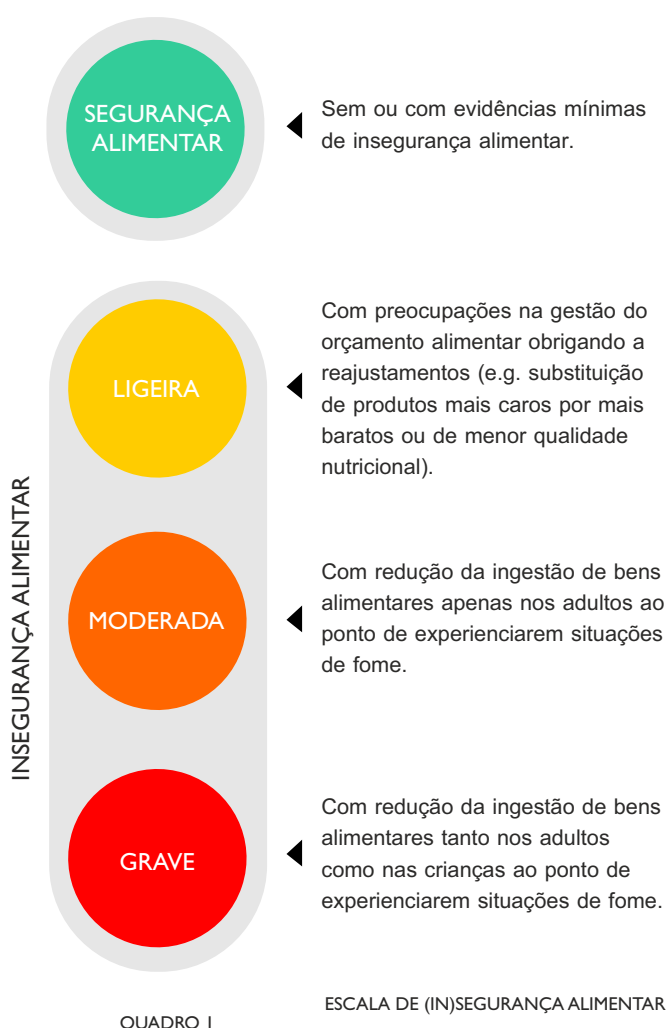
Em suma, tendo em conta o quadro de empobrecimento da população e de precarização das condições de vida das famílias, particularmente das que têm crianças e jovens, procurou-se analisar os desafios que estas enfrentam e que ameaçam a sua segurança alimentar, bem como as várias estratégias adaptativas a que recorrem para fazer face a estes desafios.

TEMA 1

INSEGURANÇA ALIMENTAR, PADRÕES E ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS

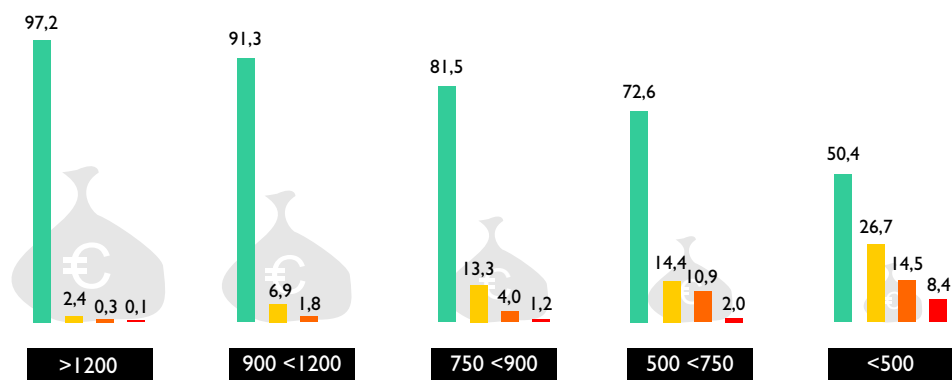
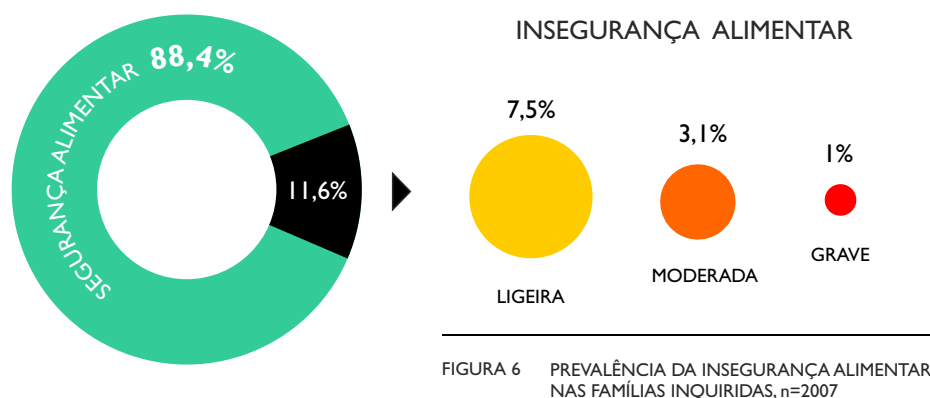
PREVALÊNCIA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Para avaliar a *insegurança alimentar* dos agregados, recorreu-se à escala aplicada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) constituída pelas seguintes categorias:



Fonte: adaptada de Bickel et al., 2000

A combinação entre baixos rendimentos e baixa escolaridade constitui um fator de risco de insegurança alimentar.



Os resultados do inquérito indicam uma prevalência de insegurança alimentar de 11,6% (n=232), sendo que destas famílias, 7,5% estão em situação de insegurança alimentar ligeira, 3,1% em situação de insegurança alimentar moderada e 1% em situação de insegurança alimentar grave.

A combinação entre baixos rendimentos e baixa escolaridade constitui um fator de risco de insegurança alimentar. Porém, é importante frisar que a insegurança alimentar não é exclusiva dos grupos com baixos níveis de escolaridade e rendimentos, podendo atingir inesperadamente famílias que antes pareciam estar imunes a essa situação. Na Figura 7, nota-se que 8,7% das famílias com rendimentos iguais ou superiores a 900 euros estão numa situação de insegurança alimentar, embora maioritariamente ligeira.

Adicionalmente, também se verificou que é junto das famílias mais numerosas que se regista uma maior incidência de insegurança alimentar grave, sendo as crianças atingidas por episódios de fome.

PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Como indicado na Figura 8, as despesas com alimentação nos últimos dois anos foram reduzindo à medida que a gravidade da situação de insegurança alimentar aumentava.

Com base num conjunto de alterações na frequência do consumo de determinados géneros alimentares (carne, peixe, fruta, legumes, congelados, conservas e frescos), procurou-se definir diferentes perfis de mudança ou manutenção dos padrões alimentares. Estes perfis dão conta das principais tendências de consumo alimentar durante a crise económica entre as famílias portuguesas com crianças em idade escolar.

Menu de Mudança Mediterrânico

Caracteriza-se por famílias com elevados níveis de escolaridade (41,7% dos pais possui o ensino superior e 39,6% o ensino secundário). Mais de metade auferem rendimentos superiores a 1200€ por mês. Em 70,2% das famílias, ambos os pais estão empregados. As alterações na alimentação são justificadas pela escolha de alimentos considerados mais saudáveis pelos respondentes (82,1%), e pelo aumento do consumo de produtos que se aproximam do padrão alimentar da Dieta Mediterrânica (e.g. frutas e legumes, peixe, produtos frescos) tal como é promovido pela Direção Geral de Saúde.

Menu de Manutenção

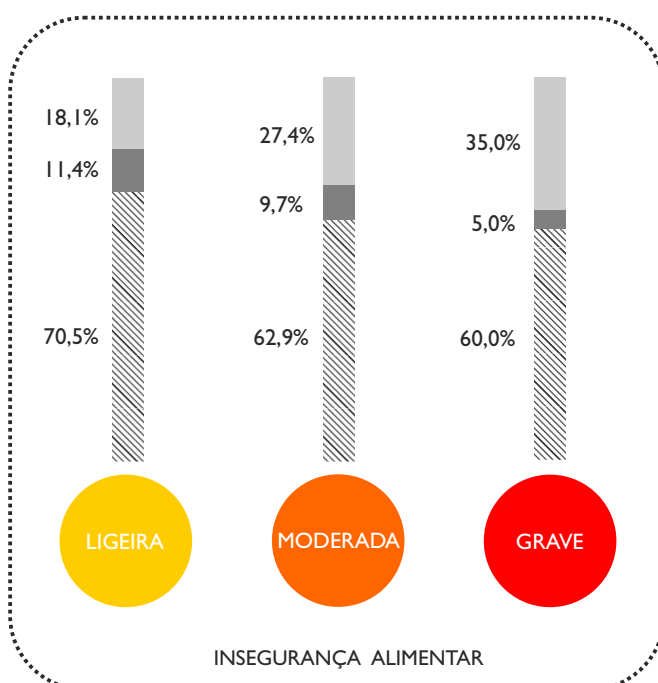
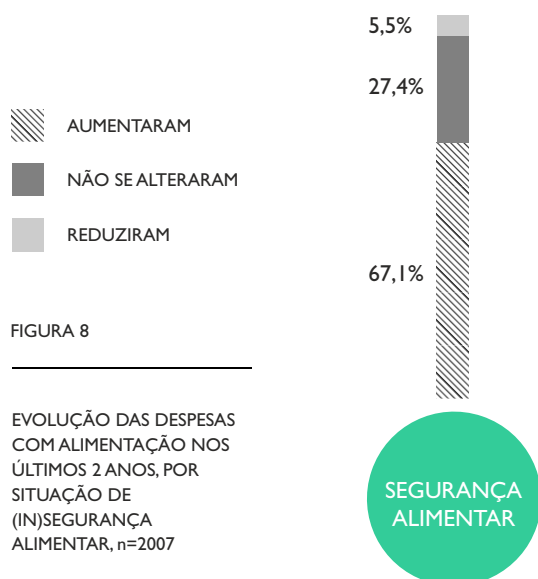
Tal como o anterior, este perfil de consumo caracteriza-se por incluir famílias com elevados níveis de escolaridade (44,5% dos pais possui o ensino superior e 36% o ensino secundário) e com elevados rendimentos (52,9% das famílias com rendimentos superiores a 1200€ por mês). Em 71,8% das famílias, ambos os pais estão empregados. A grande maioria (92,8%) afirma que a sua alimentação não sofreu alterações nos últimos 2 anos, mantendo os mesmos padrões de consumo alimentar. Esta é, aliás, a tendência dominante da amostra.

Menu de Manutenção com Ligeiro Agravamento

Este perfil é o mais heterogéneo dos quatro. Apesar da maioria das famílias (59%) auferir rendimentos superiores a 900€, em 21,6% das famílias, um dos pais está desempregado. Também se caracteriza por uma elevada escolaridade (42,2% dos pais possui o ensino secundário e 35,8% possui o ensino superior). Mais de metade (60,2%) refere que a sua alimentação não sofreu grandes alterações, contudo, para os 40% que afirmam ter realizado alterações, estas passaram por cortes na qualidade alimentar (menos produtos frescos, mais produtos congelados e enlatados, menos peixe e carne), justificada por uma gestão financeira apertada (50%).

Menu de Mudança Low Cost Solidário

A maioria das famílias deste perfil está em situação de insegurança alimentar (67,9%), quase metade (47,2%) tem rendimentos abaixo dos 750€ e apresentam os níveis de escolaridade mais baixos (37,5% dos pais têm escolaridade até ao 3º ciclo do EB). Em 29,4% dos casos, pelo menos um dos pais está desempregado. A maioria das famílias (53,6%) já recorreu às redes de sociabilidade (familiares, amigos ou vizinhos), 21,4% já receberam cabazes alimentares e 32,1% já recorreu à ajuda de instituições de apoio social. As alterações alimentares foram substanciais com cortes no consumo de frutas e legumes, frescos, carne e peixe e o aumento do consumo de congelados e enlatados. Este é o perfil onde a redução com as despesas da alimentação é mais expressiva (35,7%) e onde foram usadas estratégias adaptativas de substituição de alimentos para gamas de produtos mais baratos (low cost).



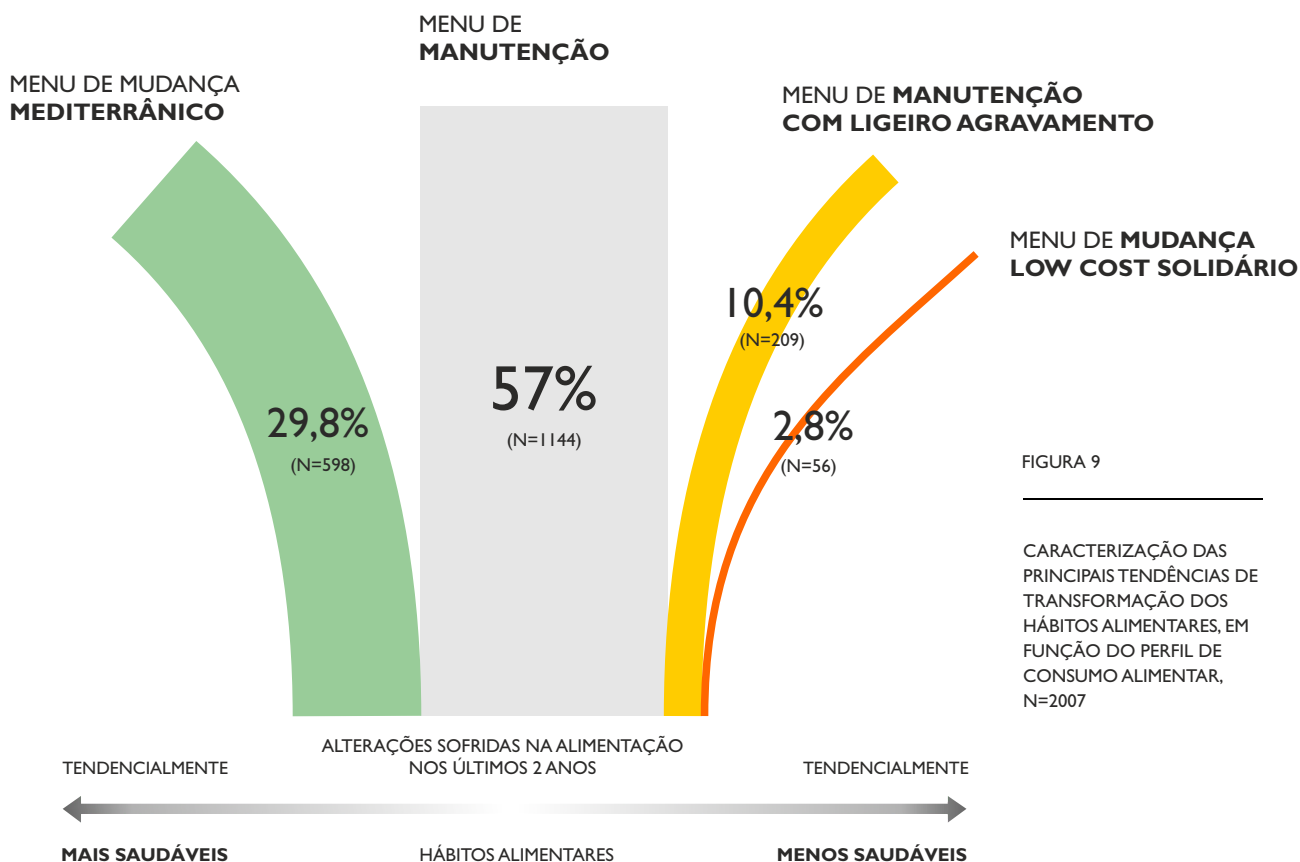


FIGURA 9

CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES, EM FUNÇÃO DO PERFIL DE CONSUMO ALIMENTAR, N=2007

ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS

Verificou-se uma adesão elevada a estratégias adaptativas junto das famílias em situação de insegurança alimentar, sobretudo nas famílias com níveis mais graves de insegurança. As práticas associadas à redução do desperdício e ao melhor aproveitamento dos alimentos são as que registam frequências mais elevadas (acima dos 90%).

Dos testemunhos das entrevistas verificou-se que as famílias procuram ir o mínimo de vezes possível às compras:

“Eu faço as compras para o mês com o abono dos miúdos [...]” (Família Jacinto, 2014).

“Tenho um Continente ao pé de casa, um Pingo-Doce ao pé de casa, vamos de carro uma única vez no final do mês, faço as compras todas” (Família Nóbrega, 2014).

Porém, o momento de ir às compras é encarado com ansiedade e frustração:

“Dá um bocado de angústia, quando se vai ao supermercado e sabe-se que não se pode comprar mais isto ou mais aquilo [...]” (Família Silva, 2014).

Tanto a quantidade como a qualidade dos alimentos disponíveis foram afetadas pelos constrangimentos económicos:

“A gente quando não tem maneira de comprar carne a gente compra um peixe, se não compra atum compra sardinha. A qualidade vai diminuindo. O leite, agora compro menos. Compro menos arroz, menos massa. Tudo menos” (Família Pinto, 2014).

Para além de uma gestão mais rigorosa do orçamento familiar, o recurso à ajuda alimentar também se assume como central para as famílias com menores rendimentos:

“Venho uma vez por mês [ao Banco Alimentar] e trazemos um saco, com tudo o que é alimentação [...] Não recebemos peixe ou carne” (Família Nóbrega, 2014).



Para além da poupança e do recurso à ajuda alimentar, as famílias optam por combinar e confeccionar alimentos de forma a fazer render as refeições para vários dias, procurando também poupar no gás e na eletricidade, para isso cozinhando em grandes quantidades (otimização de recursos alimentares e energéticos). Outra estratégia é o aproveitamento de sobras para cozinhar novas refeições, assim como a separação e congelação da comida em doses individuais. A sopa constitui um recurso utilizado pelas famílias entrevistadas, que a consideram saciante, saudável e económica. O cultivo dos próprios alimentos é também uma das estratégias referidas, nomeadamente aproveitando algumas iniciativas de hortas sociais promovidas pelo município:

“Tenho um bocado de terreno da câmara, em que eu ponho um bocado de cebola, um bocado de batata, de alho, uns pezzinhos de couve” (Família Abreu, 2014).

As famílias tiveram ainda de adaptar-se a novos padrões de sociabilidade, sendo menos frequentes as refeições em conjunto com a família ou amigos:

“Eu fiquei muito triste com este almoço de fim-de-semana, que já há mais de 30 anos que eu estava a fazer. Eles [os filhos] vinham, almoçavam e passavam cá o dia. Mas agora só uma vez ou outra porque eu já não tenho possibilidade” (Família Pinto, 2014).

RECOMENDAÇÕES

Os resultados evidenciaram que várias famílias com filhos menores estão a ser atingidas por situações de insegurança alimentar, embora com intensidades diferentes. Assim, é pertinente não só repensar o estudo deste fenómeno, como também proporcionar às famílias autonomia e direitos. Recomenda-se:

1

MONITORIZAÇÃO REGULAR E INTELIGENTE DA SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

Para além de continuar a monitorizar de forma regular a insegurança alimentar dos portugueses (algo que o inquérito do INFOFAMÍLIA a cargo da Direcção Geral de Saúde já responde) é necessário promover uma abordagem no terreno que seja sensível às situações de insegurança que escapam à definição mais precisa de pobreza. Como vimos, a insegurança alimentar pode atingir pessoas dentro do espectro de pobreza ou fora dele, sendo uma situação que pode afectar de forma imprevisível pessoas de diferentes grupos sociais, com níveis de escolaridade e rendimentos diferenciados. É assim fundamental realizar uma abordagem inteligente definindo o espectro de análise, ajustando instrumentos de recolha de dados à realidade sensível deste fenómeno, e criando uma agenda de investigação interdisciplinar (com profissionais de saúde, nutricionistas e cientistas sociais) em torno da relação entre pobreza e insegurança alimentar.

2

INCLUSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

De forma a evitar as duas tendências de agravamento dos padrões alimentares identificadas neste estudo (*Menu de Manutenção com Ligeiro Agravamento* e *Menu de Mudança Low Cost Solidário*), e seguindo os vários apelos feitos por diversos especialistas na esfera pública, é urgente incluir o direito humano à alimentação como princípio fundamental em todas as políticas públicas. Implementar uma lei-quadro do direito humano à alimentação é uma obrigação mas também uma oportunidade para Portugal ficar no pelotão da frente nesta matéria.

TEMA 2

APOIOS ALIMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

RECURSO AOS APOIOS ALIMENTARES

A maioria das famílias em situação de insegurança alimentar admite nunca ter recorrido a instituições de apoio social (70,3%), cantinas sociais (93,5%) ou a cabazes alimentares (72,0%).

Porém, para os que recorrem esporadicamente a esses apoios, a avaliação feita à ajuda alimentar é ambígua, uma vez que esta é limitada e não corresponde a necessidades específicas ou a uma expectativa social de autonomia e adequação aos hábitos alimentares:

“[...] há coisas que não dá para eu comer com o problema que eu tenho dos diabetes. Não vão conseguir atender às necessidades de cada um” (Família Abreu, 2014);

Segundo os resultados do inquérito, a maioria das famílias em situação de insegurança alimentar admite recorrer sobretudo às redes de sociabilidade, quer seja a

família, amigos ou vizinhos (67,7%), e à produção agrícola própria (e.g. hortas) como complemento da sua alimentação (53,7%):

“Ligo para a minha irmã e digo: hoje não tenho mesmo. Ela diz: vem cá, e levo um bocadinho de pão, roupa, essas coisas. Passo fome! Se eu disser que não comi ainda?” (Família Alves, 2014).

ACESSO À AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O acesso à acção social escolar, particularmente o apoio alimentar assume grande importância para as famílias com maiores dificuldades:

“Ele come na escola, tem os apoios todos. O pequeno-almoço toma em casa e depois toma na escola. Não leva lanche, tem lanche na escola, de manhã e à tarde” (Família Alves, 2014).

Apesar disso, os resultados do inquérito mostram que mais de um terço das famílias em insegurança alimentar e, uma em cada cinco famílias com rendimentos abaixo dos 500 euros afirma não receber qualquer apoio da Ação Social Escolar.

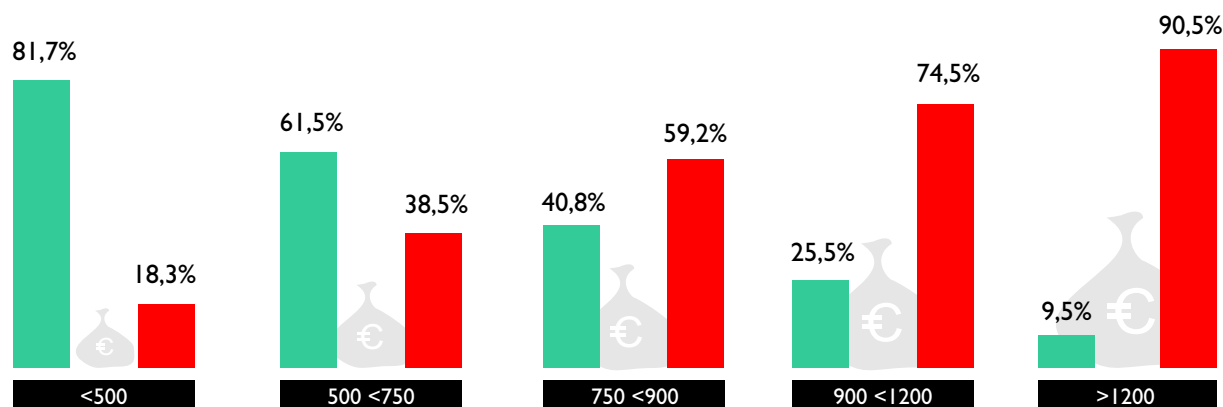


FIGURA 10 APOIO POR PARTE DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE), POR RENDIMENTO, n=1825

RECEBEM APOIO NÃO RECEBEM APOIO

ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE APOIOS ALIMENTARES

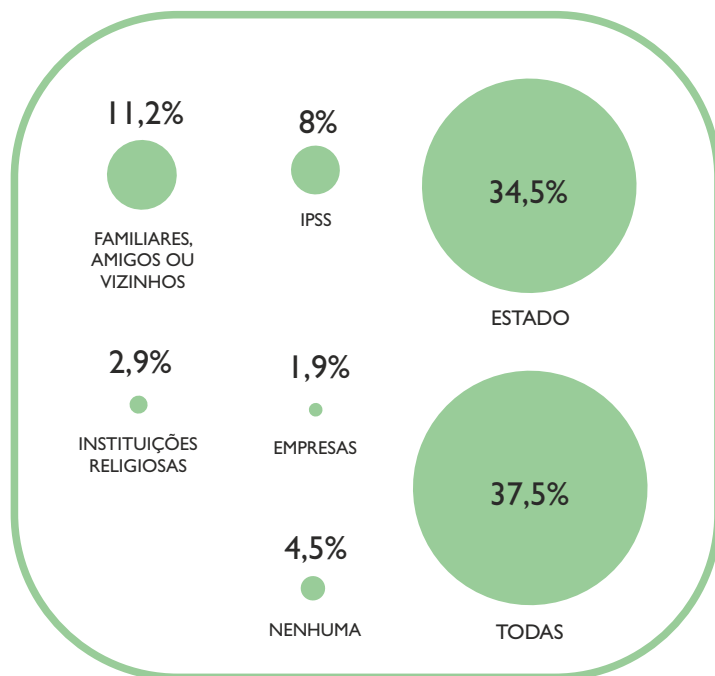
As famílias em situação de insegurança alimentar apontam o Estado como a entidade responsável pela provisão alimentar, ao passo que as famílias em situação de segurança alimentar defendem uma visão de responsabilidade partilhada entre as várias entidades (Estado, indivíduos, empresas, sociedade civil).

De facto, apesar das famílias entrevistadas reconhecerem que a ajuda alimentar dada pelas instituições é uma resposta eficaz nos momentos em que há maiores dificuldades afirmam, ao mesmo tempo, que prefeririam outro tipo de soluções que passasse pelo apoio do Estado a uma maior autonomização das famílias:

“O que eu queria, naturalmente, era que me dessem uma ajuda em financiamento e eu comprava e fazia em casa” (Família Abreu, 2014);

“Preferia receber [apoio financeiro] e depois fazer as nossas compras, porque há muita coisa que os adultos comem e as crianças não” (Família Nóbrega, 2014).

SEGURANÇA ALIMENTAR



APOIO ALIMENTAR ÀS FAMÍLIAS

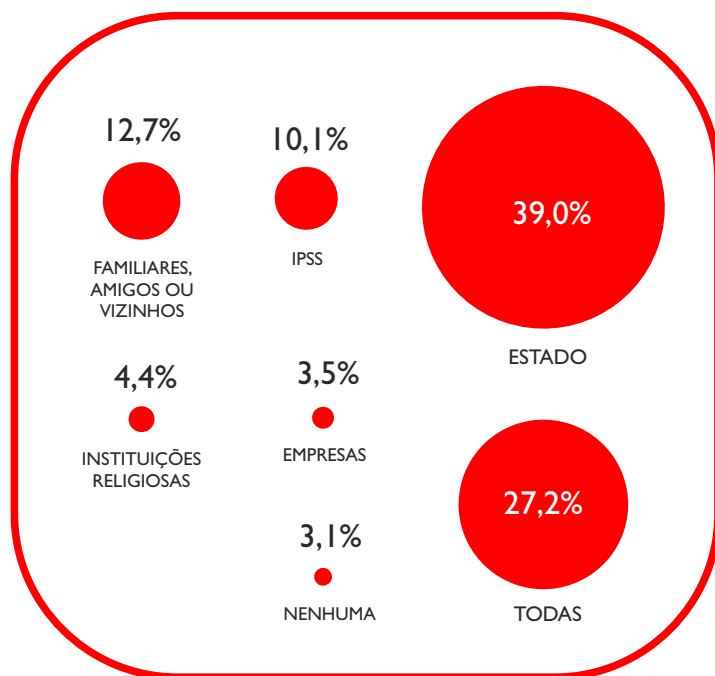


FIGURA 11

DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE NO APOIO ALIMENTAR ÀS FAMÍLIAS, POR SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR, N=2007

INSEGURANÇA ALIMENTAR

RECOMENDAÇÕES

A insegurança alimentar afecta famílias de diversos segmentos sociais, constituindo um fenómeno angustiante e estigmatizante. Contudo, os resultados deste estudo mostram que a maioria das famílias em insegurança alimentar afirma não usufruir de ajuda alimentar institucionalizada pela administração central e/ou local. Tal indicia que as respostas sociais existentes estão desarticuladas, distanciam-se das reais necessidades das famílias, e descumrem dimensões simbólicas, culturais, sociais e psicológicas associadas a este fenómeno. Recomenda-se assim:

1

RESPONSABILIZAÇÃO PARTILHADA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Promover o estabelecimento de parcerias entre entidades públicas, privadas e outras instituições e organizações, incentivando uma concertação de esforços e uma articulação dos diferentes tipos de apoios, para além da resposta alimentar. A administração central e local deve ser um elemento chave enquanto mediador e gestor de pontes entre os vários parceiros (departamentos e instituições governamentais, juntas de freguesia, municípios, IPSS, empresas).

2

APOIO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXOS RENDIMENTOS E/OU FORTEMENTE ENDIVIDADAS

Repensar os apoios às famílias com baixos rendimentos noutros domínios para além dos da alimentação, como sejam a habitação, os transportes, a energia, a saúde, que lhes permitam aliviar o orçamento familiar e ter uma maior autonomia nas compras alimentares. Durante este projeto identificaram-se algumas iniciativas municipais que apoiavam as famílias na compra de medicamentos ou na preparação de refeições aliviando-as da acumulação de despesas com a saúde, electricidade, gás e água. É importante implementar uma Rede Nacional de Gabinetes de Apoio com profissionais qualificados que prestem informação e acompanhamento às famílias em situação de insegurança alimentar caso-a-caso de forma a evitar soluções únicas e universais.

3

MECANISMOS QUE AJUDEM A AUTONOMIA E PROMOVAM A AUTO-ESTIMA DAS FAMÍLIAS

Disponibilização de espaços comunitários de cultivo próprio de alimentos (hortas comunitárias) ou mesmo de trocas de bens, contribuindo para a obtenção de uma alimentação saudável e nutritiva de forma regular.

Incentivar a produção agroalimentar familiar baseada na agricultura biológica para ajudar a combater a insegurança alimentar, aumentar o rendimento das famílias, e promover a segurança alimentar sustentável das comunidades locais.

Fornecer apoios pecuniários às famílias (benefícios sociais entre outros) de forma a que sejam elas próprias a ter autonomia na gestão das aquisições alimentares.

4

REPENSAR O PAPEL DAS ESCOLAS NA AJUDA ALIMENTAR

A incidência da insegurança alimentar nas famílias com crianças (particularmente nas famílias numerosas) e o acesso dificultado à Ação Social Escolar revelam o papel central das escolas: na identificação das famílias em situação de insegurança alimentar; no reforço alimentar e planeamento de uma estratégia concertada de segurança alimentar e nutricional com os outros parceiros sociais (Estado, empresas e sociedade civil).

5

FORMAÇÃO E APOIO AOS TÉCNICOS

Promover a formação necessária aos técnicos e outros atores na área da alimentação no sentido de fornecer as ferramentas mais adequadas para lidar com a diversidade e a especificidade dos casos de insegurança alimentar (e.g. combater estereótipos sobre pobreza, juízos de valor sobre alimentação adequada, eventuais injustiças na distribuição de apoios às famílias, competências emocionais para lidar com situações no limiar da sobrevivência).

6

(RE)PENSAR O TIPO DE INTERVENÇÃO

Estabelecer um tipo de intervenção no apoio à insegurança alimentar a nível nacional que seja mais abrangente, multifacetada e personalizada, e que se aproxime às reais necessidades, vivências e hábitos alimentares das famílias, promovendo a sua autonomia e evitando a sua exclusão e estigmatização. Simultaneamente, esta intervenção deve procurar chegar a todos os segmentos sociais que enfrentam algum tipo de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bickel, G., M. Nord, C. Price, W. Hamilton, e J. Cook. 2000. *Measuring Food Security in the United States: Guide to Measuring Household Food Security - Revised 2000*. Virginia: United States Department of Agriculture.

Costa, A. F. da. 2012. *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais/CIES-IUL.

EAPN, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. 2015. *Indicadores sobre a Pobreza: Dados Europeus e Nacionais*. Porto: EAPN.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. 2001. *The State of Food Insecurity in the World 2001*, Rome: FAO. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/003/y1500e/y1500e06.htm#P0_2

INE, Instituto Nacional de Estatística. 2012. «Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011. Instituto Nacional de Estatística», disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEspub_boui=141577698&PUBLICACOEsmodo=2 (consultado a 8 de Março de 2015).

INE, Instituto Nacional de Estatística. 2014. «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2013 (Dados Provisórios)», disponível online em <file:///C:/Users/User/Downloads/24RendCondVida2013.pdf> (consultado a 8 de Março de 2015).

INE, Instituto Nacional de Estatística. 2015. «Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2014 (Dados Provisórios), disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUEsdest_boui=223346238&DESTAQUEsmodo=2 (consultado a 8 de Março de 2015).

Matsaganis, M., e C. Leventi. 2014. «The distributional impact of austerity and the recession in Southern Europe», *South European Society and Politics*, 19(3): 393-412.

Rodrigues, C. F. (coord.), R. Figueiras, e V. Junqueira. 2016. *Desigualdade do Rendimento em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Truninger, M.; Díaz-Méndez, C. (2017), Poverty and Food (In)security, In Keller, M.; Halkier, B.; Wilska; T.-A.; Truninger, M. (eds), *Routledge Handbook on Consumption* (pp. 294-306) Abingdon: Routledge.

Truninger, M., Teixeira, J., Fontes, A., Horta, A. (2015). *Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar doméstica nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar. Relatório Final*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Relatório Científico Final no âmbito do projecto POAT/QREN).

Wall, K. (coord.), S. Aboim, M. Leitão, e S. Marinho. 2012. *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2011*. Lisboa: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Wall, K. (coord.), Nunes de Almeida, A.; Vieira, M.M.; Cunha, V.; Rodrigues, L.; Coelho, F.; Leitão, M.; Atalaia, S. 2015. *Impactos da crise nas crianças portuguesas: indicadores, políticas, representações*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade

O OBSERVA - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade é um programa de investigação e disseminação de informação científica sobre a componente social das questões ambientais e do território, que pertence ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Tem como missão:

- Divulgar a investigação sobre as dimensões sociais e políticas dos problemas de ambiente, território, energia e sustentabilidade;
- Promover a convergência interdisciplinar na interseção entre ambiente, território e sociedade;
- Sistematizar dados e informação sobre ambiente, constituindo séries evolutivas e comparativas às escalas nacional, europeia e internacional;
- Disponibilizar informação sobre as dimensões sociológicas dos problemas ambientais e territoriais a decisores, investigadores e público em geral;
- Dinamizar uma cidadania participativa através de iniciativas e eventos que estimulem a intervenção pública nos processos de decisão sobre problemas ambientais e ordenamento do território.

Saiba mais em

www.observa.ics.ulisboa.pt

Edição . Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Março 2017
Depósito Legal . 422332/17
ISBN . 978-972-671-393-7